

As Relações Cubano-Americanas (1895-2018): continuidades e reconfigurações estratégicas

The Cuban-American Relations (1895-2018): continuities and strategic reconfigurations

BRUNA JAEGER COELHO | brunajaeger@gmail.com

Doutoranda em Economia Política Internacional (PEPI-UFRJ). Bolsista CAPES. Professora do curso de Relações Internacionais (UniLaSalle-RJ).

CAROLINE ROCHA TRAVASSOS COLBERT | carolinertcolbert@gmail.com

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ).

LETÍCIA FIGUEIREDO FERREIRA | leticiarierreff@gmail.com

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista, da Universidade Estadual de Campinas e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Unesp/Unicamp/PUC-SP).

DANIEL DE PINHO BARREIROS | daniel.barreiros@ie.ufrj.br

Professor de História do Sistema Interestatal do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ).

Recebimento do artigo Novembro de 2019 | **Aceite** Fevereiro de 2020

Resumo Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre EUA e Cuba a partir do final do século XIX até a atual administração Trump. A hipótese apresentada é de que devido à importante posição estratégica de Cuba como principal ponto de controle no Caribe e como acesso ao baixo ventre americano, a política externa dos EUA para a ilha tem sido marcada pela percepção de Cuba como extensão da territorialidade estadunidense. A primeira seção analisa as origens históricas dessa relação, ressaltando a importância geopolítica da ilha e a formação da política externa americana com objetivos imperiais. A seguir, o período da Guerra Fria, com destaque para a revolução cubana e o significado da perda de Cuba em termos geoestratégicos e não meramente ideológicos. Por fim, analisa-se o período pós-Guerra Fria e as variações que ocorrem na política externa estadunidense em relação à ilha, especialmente nas gestões de Obama e Trump. **Palavras-Chave** Cuba; análise de política externa norte-americana; geopolítica.

Abstract This research aims to analyze the relations between the US and Cuba from the late 19th century until the current Trump administration. The hypothesis presented is that due to Cuba's important strategic position as the main control point in the Caribbean and as an access to the American lower belly, US foreign policy for the island has been marked by the perception of Cuba as an extension of US territoriality. The first section analyzes the historical origins of this relationship, highlighting the geopolitical importance of the island and the formation of American foreign policy with imperial objectives. Next, the Cold War period, with emphasis on the Cuban revolution and the meaning of the loss of Cuba in geostrategic terms, not merely ideological ones. Finally, we analyze the post-Cold War period and the variations that occur in US foreign policy towards the island, especially in the Obama and Trump administrations. **Keywords** Cuba; Analysis of U.S. foreign policy; Geopolitics.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre Estados Unidos e Cuba a partir do final do século XIX até a atual administração Trump. Tendo em vista os desafios de se explorar mais de um século de relacionamento cubano-estadunidense, este artigo propõe-se a contribuir, à sua maneira e dentro das suas limitações, como base introdutória aos debates que concernem ao tema. A justificativa deste trabalho, portanto, reside nos recentes acontecimentos envolvendo os dois países e na escassez de análises que englobem os aspectos de longa duração da política externa dos Estados Unidos para a ilha caribenha.

O processo de reaproximação levado a cabo pelo segundo governo Obama (2013-2016), e as posteriores ações do governo Trump (2017-), que parecem romper com o estabelecido pelo seu predecessor, levantam o questionamento se é possível analisar um padrão de conduta na política externa norte-americana em relação a Cuba. Em outras palavras, busca-se compreender a racionalidade política e estratégica por trás dessas decisões, considerando-se os fatores históricos e geopolíticos que as influenciam. Dessa forma, a hipótese implícita a esta pesquisa é que, devido à importante posição estratégica de Cuba como principal ponto de controle no Caribe e como acesso ao baixo ventre americano, a política externa de Washington para a ilha tem sido marcada pela percepção de Cuba como extensão da territorialidade estadunidense.

Essa pesquisa parte da visão de que é impossível dissociar a política externa e de segurança norte-americana da busca pelo estabelecimento do controle e da estabilidade sobre a ilha, bem como sobre as rotas privilegiadas que a circundam. Os aspectos de instabilidade nas relações Estados Unidos-Cuba, portanto, seriam decorrentes das variações e mudanças que ocorrem nas esferas domésticas dos dois países, que, na maior parte das vezes, se influenciam e se combinam mutuamente. Ou seja, a hipótese apresentada é que, apesar de manter o padrão histórico da importância geopolítica da ilha, a política externa dos Estados Unidos em relação à Cuba varia de acordo com suas disputas internas e suas medidas reativas a ações cubanas que possam ameaçar seus interesses na região.

A fim de cumprir com os seus objetivos, este artigo está dividido em três seções. A primeira analisa as origens das relações entre Estados Unidos e Cuba entre o final do século XIX e início do século XX, ressaltando a importância geopolítica da ilha e a formação da política externa americana com objetivos imperiais. A segunda seção, por sua vez, analisa o período da Guerra Fria, com destaque para a revolução cubana e o significado da perda de Cuba em termos geoestratégicos e não meramente ideológicos. Por fim, a terceira parte analisa o período pós-Guerra Fria e as variações que ocorrem na política externa estadunidense em relação à ilha. Em especial, foca-se nas decisões tomadas na administração Obama envolvendo a abertura e a reaproximação das relações entre os dois países. Além disso, busca-se realizar uma análise inicial acerca das possibilidades envolvendo a conduta da política externa do governo Trump, que anseia uma revisão da distensão com Cuba.

1. A importância geopolítica de Cuba para a Política Externa dos EUA entre o final do século XIX e início do século XX

O objetivo desta seção é apresentar as origens das relações cubano-estadunidenses a partir do marco temporal da Guerra de Independência Cubana (1895-1898) até a retirada das tropas americanas da ilha em fevereiro de 1902. No entanto, transcendendo os aspectos estritamente historiográficos, busca-se uma análise que englobe prioritariamente os objetivos da política externa de Washington para a região caribenha, tendo Cuba como centro da investigação. Especificamente, abordam-se as transformações na estratégia norte-americana ao final do século XIX, em um contexto mais amplo de importantes movimentações no sistema internacional. Assim, ainda que de forma inicial, procura-se correlacionar os aspectos estruturantes das relações entre os países em suas origens, compreendendo os fatores históricos, econômicos e geopolíticos que marcam essa interação assimétrica.

O expansionismo estadunidense ao final do século XIX provocou uma transformação paradigmática na política externa do país, se justificando em três níveis: intelectual, econômico e estratégico. O rechaço à interferência europeia no continente americano por parte da intelectualidade estadunidense encontrava apelo nos preceitos da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto. Em termos econômicos, a necessidade de assegurar a zona de influência nas Américas era imperativa no contexto da Segunda Revolução Industrial e da decorrente corrida imperialista por acesso a territórios, rotas e matérias primas. A importância estratégica do baixo ventre americano como principal forma de acesso à bacia hidrográfica Ohio-Mississippi-Missouri, cerne da integração nacional, justificava a necessidade de controle e estabilidade da região centro-americana e caribenha (PECEQUILO, 2011).

Em termos geopolíticos, o pensamento estratégico estadunidense voltado à expansão territorial, que condicionou a inserção externa do país especialmente a partir da segunda metade do século XIX, tinha duas prioridades: i) garantir a autonomia do país frente às potências europeias; e ii) assegurar a condição do país como uma potência bioceânica. Dessas premissas compreende-se que a guerra contra a Espanha e a consequente ocupação militar de Cuba, bem como das Filipinas, enquadram-se na perspectiva analítica que observa as ações dos Estados Unidos no Atlântico e no Pacífico como indissociáveis.

Em 1897, o capitão da Marinha americana, Alfred T. Mahan, destacou que o Golfo do México e o Mar do Caribe eram espaços geopolíticos inseparáveis. Assim, para Washington, a posição de Cuba seria estratégica. É a partir da ilha, como se destaca no Mapa 1, abaixo, que se tem a condição de controle dos estreitos de Yucatán e da Flórida. Importante ressaltar que é a partir desses estreitos que ocorriam majoritariamente as exportações e importações dos Estados Unidos a partir da bacia do Ohio-Missouri-Mississippi.

Mapa 1 - Controle dos Estreitos no Mar do Caribe



Fonte: Elaboração própria.

Sob essa perspectiva, o controle de Cuba se relaciona diretamente com a segurança do baixo ventre norte-americano, sendo a presença de uma potência extrarregional na ilha uma ameaça direta à capacidade dos Estados Unidos de se defender e de garantir suas Linhas de Comunicação Marítima (SLoCs). Cabe salientar que os britânicos estavam presentes na região, nas Bahamas e na Jamaica, e que, em um período de transição hegemônica e de acirramento das tensões entre as grandes potências, afastar os britânicos era uma prioridade.

Além disso, o controle da região através de Cuba concernia à busca pela condição de potência bioceânica. Embora, majoritariamente, a historiografia dos Estados Unidos analise a preponderância das relações atlânticas do país, o Pacífico exerce um papel crucial na história do país. Afinal, desde a década de 1840, o país redimensionava a sua territorialidade, com a marcha para o Oeste e a chegada à Califórnia. Entretanto, sem o uso da América Central para diminuir o tempo de navegação entre as duas costas, a condição bioceânica não seria efetiva.

Nesse sentido, como apresenta o Mapa 2, abaixo, Cuba tem uma posição geoestratégica para o controle das linhas de comunicação no Mar do Caribe. Em um sentido mais amplo, sob a perspectiva do Destino Manifesto, Cuba seria uma extensão natural dos Estados Unidos, que já havia dominado a Flórida e Key West (1832). Com a instalação da Base de Guantánamo e o controle de Porto Rico, os norte-americanos estabeleceram uma linha de controle em todos os pontos de entrada e saída da região. Ademais, com o advento do Canal do Panamá, inaugurado ainda no início do século XX, os Estados Unidos materializaram a condição bioceânica.

Mapa 2 - Linhas de Comunicação Marítima dos EUA no Caribe



Fonte: Elaboração própria.

A geopolítica do Mar do Caribe para os Estados Unidos, desse modo, seria entendida como um espaço de extensão natural do território estadunidense. Mais do que isso, a presença militar de Washington na região, sendo Cuba o centro geoestratégico dessa presença, é parte da consecução dos objetivos imperiais norte-americanos. Por conseguinte, observa-se que, embora as relações atlânticas tenham sido determinantes na formação das suas relações externas, o Oeste, mais especificamente a Ásia, era o alvo desse projeto imperial, em conformidade com o excepcionalismo presente no Destino Manifesto americano. E, nesse contexto, Cuba demandava uma interferência direta, visto que exercia posição geopolítica central como ponto de controle das rotas estratégicas dos Estados Unidos.

Ao final do século XIX, portanto, Washington enfrenta o desafio de estabelecer um compasso entre sua política externa e sua capacidade real de poder, visto que as relações internacionais do país se tornariam, em definitivo, o sustentáculo da ascensão americana. Pode-se afirmar que o processo de rompimento com o longo período isolacionista em relação ao jogo internacional teve origem na expansão fronteiriça como forma de assegurar o desenvolvimento interno, ao mesmo tempo em que se cumpria com o que era promovido como vocação, ou seja, disseminar o experimento republicano e democrático. Logo, com a finalidade de defender e maximizar seus interesses, o expansionismo estadunidense combinava duas estratégias distintas e complementares: a política de portas abertas e a conquista imperial (PECEQUILO, 2011).

Até a década de 1930, na região da América Central e do Caribe, essas estratégias assentavam-se na intervenção e na interferência, o que posteriormente abre caminho para o estabelecimento da diplomacia do dólar e da política da boa vizinhança. Segundo Hobsbawm (1988), no florescer do século XX, os Estados Unidos exerciam sem grande oposição uma dominação econômica e pressão política sobre o hemisfério americano. Por essa mesma via, Zakaria (1998) aponta que faltavam às potências europeias os meios de projetar poder suficiente para desafiar a posição americana. Dessa forma, o aumento da influência no Caribe visava aniquilar o que ainda restava de presença europeia na região, principalmente com o fim de preservar os interesses comerciais e financeiros de grupos privados norte-americanos.

Além disso, como pontua Pecequilo (2011, p. 91), “as intervenções eram embasadas pela retórica da democracia sem que tivesse sido possível instaurar este regime político em nenhuma das sociedades em questão”. O período entre 1898 e 1918, portanto, pode ser encarado como o primeiro ciclo da reorientação das relações internacionais dos Estados Unidos, tendo a Guerra Hispano-Americana (1898) como primeiro importante ponto de inflexão. Na guerra de independência de Cuba (1895-1898), como prelúdio do conflito contra os espanhóis, a vitória estadunidense sobre a Espanha representou um dos primeiros passos para criar uma esfera de influência no Caribe (SMITH, 2001).

Diferentemente do padrão europeu, “a anexação formal de colônias ia contra a própria natureza do experimento norte-americano, proclamado com o nascimento da República, que defendia a promoção da democracia e da liberdade a outros povos a partir dos EUA” (PECEQUILO, 2011, p. 85). Esse novo tipo de imperialismo visava evitar custos e responsabilidades decorrentes de uma anexação direta, preservando uma maior flexibilidade nas relações exteriores dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que garantia a projeção de poder e o acesso privilegiado a zonas estratégicas.

Como resultado do fim da Guerra Hispano-Americana e do Tratado de Paris (1898), Washington deu o primeiro passo para estabelecer a esfera de influência nas Américas e no Pacífico, visto que o controle sobre Cuba era chave para o controle do Caribe e de suas rotas. Para os Estados Unidos, como resultado da guerra, tem-se a retomada e o aprofundamento da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto, já que ao mesmo tempo em que pretendiam instaurar em Cuba um autogoverno, sem ser um protetorado, estabeleciam no país um processo de *nation building* que basearia a política externa para a América Central e o Caribe no primeiro quarto do século XX. Além disso, mais importante, o resultado da guerra contra a Espanha determinou os primeiros passos para a expansão imperial norte-americana no mundo.

Para os líderes norte-americanos, pacificar Cuba significava estabelecer um governo republicano, providenciar estabilidade econômica e criar uma infraestrutura para a ordem social (UTSET, 2005). Na visão do comando militar norte-americano, a posição geográfica de Cuba compelia os Estados Unidos a exercer controle e proteção, por isso a busca por aumentar a prosperidade da ilha a fim de garantir relações pacíficas e a plataforma de projeção regional. Foi o general Leonard Wood, primeiro governante de Cuba independente, quem formulou o conceito de diplomacia do dólar, que se tornaria o padrão de conduta do país no século XX (SMITH, 2001). Por essa perspectiva, buscava-se, em sua esfera de influência, a ordem social, o governo responsável e o desenvolvimento econômico.

Em maio de 1902, com Cuba considerada estabilizada, as forças militares norte-americanas se retiraram da ilha, que se tornou oficialmente uma República. No entanto, tratou-se de uma independência incompleta. Em troca da saída das tropas, a constituição cubana teve que adotar diversos artigos que passaram a ser conhecidos como Emenda Platt – apresentados pelo senador Orville Platt –, que impunham inúmeras limitações ao novo governo. A Emenda Platt, nesse sentido, permitia que os americanos

[...] interviessem nas questões da ilha ‘para a preservação da independência cubana e a manutenção de um governo adequado para a proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual’. Embora uma nação soberana no nome, Cuba era na verdade um protetorado dos EUA (PECEQUILO, 2011, p. 84).

Mesmo sob amplos protestos do povo cubano, foi institucionalizado o enquadramento da soberania da ilha, em especial o cerceamento nas áreas de dívida pública, a cooperação militar com outros países e a aceitação do governo militar instaurado pelos Estados Unidos (HOLMES, 2009). Sobretudo, deu à Washington o direito de intervir em certas situações, bem como acesso a áreas estratégicas de energia e transporte na ilha, com destaque para a base militar de Guantánamo e a base naval na Bahia Honda (BOESNER, 2004). Com a legalização da intervenção e da condição de Cuba como protetorado, portanto, há uma nova interpretação da Doutrina Monroe, a qual moldou a política americana para o Caribe.

2. De Eisenhower a Reagan: a intervenção norte-americana em um país não-alinhado durante a Guerra Fria.

A revolução cubana veio para reescrever a história de um país que estava profundamente marcado pelo controle dos Estados Unidos. Mesmo após a independência e o fim da ocupação militar norte-americana, a soberania cubana permanecia frágil diante da gestão ditatorial e da indiferença às reivindicações populares do segundo mandato de Fulgêncio Batista, na década de 1950. Para boa parte do povo cubano, havia a necessidade de reconhecimento da soberania nacional – uma reivindicação histórica, que enfrentou diversos empecilhos durante a dominação espanhola, no século XIX, e a ocupação estadunidense, no século XX.

Diante desse contexto, esta seção tem como objetivo analisar as relações entre os Estados Unidos e o regime revolucionário cubano, a partir do marco temporal predominante que abrange do início da Guerra Fria até o seu desfecho (1947-1991), levando em conta o significado da perda de Cuba em termos geoestratégicos e as intervenções norte-americanas em solo cubano. Desse modo, esta seção buscará dar continuidade aos tópicos desenvolvidos anteriormente, abarcando os fatores históricos, econômicos e geopolíticos mais marcantes na relação cubano-estadunidense.

Em 1934, a Emenda Platt foi revogada, mediante a implementação da política de boa vizinhança, na administração de Franklin Roosevelt; sendo substituída por um acordo que assegurava o controle da base naval de Guantánamo e a tutela dos Estados Unidos, durante os dois mandatos de Fulgêncio Batista, que governou Cuba de forma direta e indireta até 1959 (FIORI, 2008). O capital norte-americano tinha presença majoritária nas atividades mais relevantes do país, como na exportação de cana-de-açúcar, nas companhias elétricas e nas refinarias de petróleo. No plano nacional, os principais beneficiados pela estrutura socioeconômica desigual cubana eram a aristocracia rural e uma burguesia ligada à especulação imobiliária e à indústria turística (AYERBE, 2004), o que, em um cenário em que as necessidades básicas da população não eram minimamente atendidas, dava margem ao apoio popular aos grupos de resistência.

Após a ascensão do regime de Fidel Castro, em 1959, a repercussão internacional e o estremecimento das relações com os Estados Unidos ganharam notoriedade a cada reforma feita pelo governo revolucionário, que assumiu a economia e a política externa cubana com maior independência e distanciamento de Washington. No final do século XIX, como supracitado, Mahan já havia postulado a necessidade de controlar o Golfo do México e o Mar do Caribe para

assegurar os objetivos estadunidenses de plena expansão e hegemonia territorial. No século XX, por sua vez, é o pensamento estratégico de Nicholas Spykman que passa a fundamentar a política externa norte-americana para o Caribe no pós Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria.

Segundo Fiori (2007), em *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power (1942)*, Spykman nomeia a região do México, da América Central e do Caribe como a América Mediterrânea, zona em que a supremacia norte-americana não poderia ser questionada. A visão do geoestrategista é de que esses países constituem um mar fechado, cujas chaves pertencem aos Estados Unidos, e que esses estarão sempre em uma posição de absoluta dependência de Washington, por conta da sua incapacidade de se tornarem grandes potências.

The strategic significance of the American Mediterranean derives not only from the fact that it lies between North and South America, but also from the fact it lies between the Atlantic and Pacific, a significance enhanced but not created by the construction of the Panama Canal, as the relations between Panama and the Philippines in Spanish times testify. This passageway, completed in 1914, gives the United States the full benefit on her geographic location on two oceans. The canal, although outside the borders, is, none the less, an important link in our coastal navigation and has shortened the sailing distance between Atlantic and Pacific ports by eight thousand miles. Even more important is the fact that it shortened the route from the Pacific states to Europe and from the Atlantic states to Asia, where their respective products are demand (SPYKMAN, 2017, p.49).

Assim, a política externa dos Estados Unidos foi moldada, ao longo de todo o século XX, com base nas premissas de que essa área seria naturalmente uma extensão do território estadunidense e necessitaria da sua assistência permanente.

A obsessão dos Estados Unidos com Cuba, durante o período da Guerra Fria, encontra pontos de congruência com a política externa do século XIX. Além do seu posicionamento geográfico vital para o pensamento geopolítico e de segurança e defesa norte-americano, outro ponto a ser ressaltado é o momento em que outra potência rival demonstra interesse na ilha. Como Spykman ressalta em sua obra, esses pequenos Estados caribenhos não ofereceriam uma ameaça duradoura por si só à segurança estadunidense, eles precisariam do apoio de outras grandes potências, como no caso da dominação do império espanhol e, posteriormente, da União Soviética. Um poder estrangeiro poderia, de fato, caracterizar uma ameaça caso estivesse em solo cubano, portanto Washington precisava manter regimes nacionalistas e anti-americanos longe do alinhamento com regimes opositores.

Os Estados Unidos não poderiam conceber a ideia de uma ilha a menos de 170 km de distância de Key West, na Florida, dentro da sua zona de influência, exercendo políticas nacionalistas e autônomas. Entre 1960 e 1962, durante a administração Eisenhower, as relações entre os dois países se tornaram extremamente conflitivas, com a consecução da Operação 40 em março de 1960, encarregada de realizar atos de sabotagem e assassinatos na ilha para desestabilizar a ascensão de Castro. Logo depois, em outubro do mesmo ano, se deu a adoção do embargo econômico, comercial e financeiro pelos Estados Unidos à ilha, em resposta à nacionalização do capital estrangeiro e da indústria, a qual, como mencionado, era composta majoritariamente por capital estadunidense.

Para manter a disponibilidade de recursos e financiar um processo de desenvolvimento dotado de autonomia de decisão, Cuba não podia depender do sistema financeiro internacional ou dos países capitalistas desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos (AYERBE, 2004). Ainda em 1960, frente às pressões de Washington, Castro já estava ciente da importância da proteção soviética para dar continuidade à revolução na ilha. Por outro lado, os soviéticos sabiam que se tratava de uma boa oportunidade de obter vantagens no hemisfério ocidental, pois apenas Cuba possuía uma posição geográfica capaz de bloquear o Golfo do México naquele momento. À medida que as relações cubano-estadunidenses se deterioravam, maior era a aproximação de Cuba com a URSS, a princípio com a permuta do açúcar cubano e do petróleo soviético, além da promessa soviética de proteção ao governo revolucionário contra qualquer intervenção armada estadunidense (BANDEIRA, 2009).

Coube a John F. Kennedy (1961-1963) a tentativa de tornar a relação com a América Latina, em geral, mais harmoniosa e simpática aos seus interesses. A Aliança para o Progresso surgiu, assim, com o intuito de estimular a cooperação entre Washington e os países latino-americanos, promover o desenvolvimento socioeconômico dos mesmos e coibir o avanço do socialismo na região. A iniciativa falhou com Cuba, mas tornou alguns países, como o Brasil, mais amistosos frente à “benevolência” norte-americana. Durante a administração Kennedy, as ações contra o regime nacionalista a poucos quilômetros da costa estadunidense foram intensificadas, com a tentativa frustrada de invasão da Baía dos Porcos, em 1961, a Operação Mangusto, no mesmo ano, para sabotar o governo castrista, a Crise dos Mísseis, em 1962, o embargo econômico total à ilha, a influência na Organização dos Estados Americanos (OEA) para a expulsão de Cuba, e diversas operações de sabotagem em 1963. Em solo norte-americano foi realizada a operação Northwoods em 1960, que foram diversos planos de sabotagem empreendidos pelas mais altas patentes militares dos EUA, com o objetivo de praticar atos terroristas e o assassinato de inocentes para que a opinião pública apoiasse uma guerra contra Cuba.

As pressões estadunidenses acabaram por forçar a abertura cubana ao “socialismo real” e seu alinhamento à URSS, que, desde 1959, via na Revolução Cubana uma oportunidade de aumentar sua presença na América Latina (PECEQUILO; FORNER, 2015). Contudo, os Estados Unidos, através da posse de um armamento mais desenvolvido e de mísseis instalados na Inglaterra, na Itália e na Turquia, ainda detinham a vantagem de ataque sobre Moscou. Isso só se alteraria graças à adesão de Castro a um regime socialista em Cuba e à abertura da possibilidade de instalação de mísseis de curto e médio alcance em um território extremamente próximo dos Estados Unidos (FRIEDMAN, 2014).

A adesão de Castro ao regime socialista foi significativa para os planos do Kremlin, pois dava uma vantagem estratégica para a negociação diante da Crise de Berlim de 1961, no final da crise que durou cinco anos, os Aliados preservaram boa parte de suas posições e o Muro de Berlim foi construído para separar a Alemanha Ocidental da Oriental. Para Henry Kissinger:

Amazingly, just as Soviet success seemed imminent, Khrushchev veered off course. Trying to achieve in one stroke the breakthrough which had eluded him for the past three years, Khrushchev placed Soviet intermediate range missiles into Cuba. Khrushchev had obviously calculated that, if he succeeded in that adventure, his bargaining position in an eventual Berlin negotiation would be overwhelming. For the same reason, Kennedy could

not permit such an extension of Soviet strategic power into the Western Hemisphere. His bold and skillful handling of the crisis not only forced Khrushchev to withdraw the Soviet missiles but, in the process, stripped his Berlin diplomacy of whatever credibility still remained to it. Recognizing that he had run out of expedients, Khrushchev announced in January 1963 that the “”success” of the Berlin Wall had made a separate peace treaty with Berlin unnecessary. The Berlin crisis was finally over. It had lasted five years (KISSINGER, 1994, p.591).

A instalação de mísseis soviéticos em Cuba neutralizaria a vantagem estadunidense, deixaria a costa leste dos EUA em estado de alerta e daria aos soviéticos um grande poder dissuasório sobre Washington, além da capacidade de estabelecer negociações em pé de igualdade. Para os Estados Unidos, a proliferação de ideias socialistas e antiamericanas em Cuba – além da ajuda econômica concedida à ilha pela URSS através do Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon) – representava, por si só, um risco aos interesses geoestratégicos norte-americanos na região (Idem, 2014). A instalação de armas nucleares a poucas centenas de quilômetros de sua costa, no entanto, estabelecia uma ameaça a sua segurança territorial sem qualquer precedente. Após acordos entre os Estados Unidos e a URSS, nos governos seguintes, as relações cubano-estadunidenses foram mantidas em segundo plano, mas nunca foram deixadas de lado.

Somente nos anos 1980, Ronald Reagan (1981-1989) chegou à presidência dos Estados Unidos com a determinação de impedir o avanço crescente do comunismo na América Latina, especialmente dos grupos revolucionários apoiados pelo regime de Castro, como o MPLA na Angola. Adotando uma postura mais ofensiva, a gestão Reagan endureceu o embargo à Cuba, lançou uma campanha para expor as violações de direitos humanos cometidas por Havana e o que ficou conhecido como a Doutrina Reagan, em que os “ Estados Unidos ajudariam as contrarrevoluções anticomunistas a retirar alguns países da esfera de influência soviética. Isso significou armar os mujahideen afegãos em sua luta contra os russos, apoiar os contras na Nicarágua e ajudar as forças anticomunistas na Etiópia e Angola” (KISSINGER, 1994, p.552) e conseqüentemente atacar as forças cubanas em solo angolano. No final da década, a URSS já começava a dar sinais de estagnação econômica, com os investimentos em Cuba já não sendo tão robustos e a elevação dos preços das exportações de petróleo soviético aumentando o endividamento externo dos países de orientação socialista. O desmantelamento do bloco comunista, ao fim da Guerra Fria, deixou Cuba em uma situação político-econômica bastante vulnerável.

Durante o chamado Período Especial em tempos de Paz, Cuba buscou se adaptar à nova ordem liberal através da modernização estatal e de reformas econômicas, de modo a superar a recessão sem eliminar os benefícios sociais logrados pela revolução (SILVA, JOHNSON, ARCE, 2012). Ao longo dos anos 1990, Havana realizou uma abertura gradual ao capital estrangeiro, passando a ter uma participação cada vez mais ativa em fóruns multilaterais e diversificando seus parceiros econômicos. Os laços comerciais com a China, a Coréia do Norte e o Vietnã foram renovados e as relações com a Europa, a América Latina e os países islâmicos expandidas (PEREZ, 2006). Todavia, a intensificação do embargo mesmo após o fim da bipolaridade, além da queda do preço do açúcar e a alta do petróleo no mercado internacional, retardou sua recuperação econômica (SILVA, JOHNSON, ARCE, 2012).

3. As Relações Entre Cuba e Estados Unidos no pós-Guerra Fria

Com o fim da Guerra Fria e a emergência de uma nova ordem internacional, surgiram perspectivas de redefinição da geoestratégia dos Estados Unidos e de normalização das relações do país com Cuba. O colapso da URSS deu fim à apreensão estadunidense a respeito da presença soviética na ilha e da participação das Forças Armadas Revolucionárias Cubanas em conflitos na África e América Latina (DOMÍNGUEZ, 2012). Desprovida da ajuda econômica soviética, Havana passou a enfrentar uma profunda crise econômica e social, sendo forçada a interromper o apoio militar (porém não político) a movimentos revolucionários e a realizar uma série de reformas domésticas (SILVA, JOHNSON, ARCE, 2012). Apesar do momento propício para o aprimoramento das relações bilaterais, a estratégia estadunidense pouco mudou.

Despojar os Castro do poder continuou a ser o principal objetivo da política dos Estados Unidos para Cuba. Muitas autoridades norte-americanas acreditavam que o desmantelamento do bloco comunista e, conseqüentemente, dos principais aliados e sócios comerciais de Cuba, levaria a economia cubana a desmoronar, e com ela o regime de Fidel Castro (LAMBRECHT, 2015). George H. W. Bush havia optado por esperar pela queda iminente do governo cubano, porém, em 1992, em meio à corrida presidencial e constrangido pelo lobby e políticos da comunidade cubano-americana, apoiou a promulgação do *Cuban Democracy Act* (CDA) para assegurar sua vitória na Flórida contra o democrata Bill Clinton (DOMÍNGUEZ, 2012).

O CDA, também chamado de ato Torricelli, endureceu as sanções à Cuba, proibindo as subsidiárias de empresas norte-americanas no exterior de investir ou comercializar com a ilha, limitando as viagens de turistas americanos e restringindo o envio de remessas (DOMÍNGUEZ, 2012). Para justificar as novas restrições econômicas, Washington passou a pautar sua política para Cuba pela defesa dos direitos humanos e civis e da democracia. Assim, a administração Bush sênior impôs novas condições para negociar o reestabelecimento de relações formais com Cuba, exigido que o país transitasse para uma democracia eleitoral e transformasse seu sistema econômico em capitalista e orientado para o mercado (LAMBRECHT, 2015).

A relação entre os países voltou a se deteriorar em 1996, quando a Força Aérea Cubana abateu dois aviões civis que haviam violado o espaço aéreo cubano. Por se tratar de um ano de eleições presidenciais, a resposta do governo norte-americano mais uma vez foi amplamente influenciada pelo lobby cubano-americano, uma vez que o voto dessa fração da população era decisivo para a vitória de Clinton na Flórida e para sua reeleição (LAMBRECHT, 2015). A gestão Clinton, que chegou a considerar retaliação militar direta, acabou sancionando o *Cuban Liberty and Democracy Solidarity Act* (DOMÍNGUEZ, 2012). Conhecido como *Helms-Burton Act*, o ato transformou o embargo contra Cuba em lei e proibiu o presidente dos Estados Unidos de normalizar as relações com a ilha sem a aprovação do congresso nacional (SILVA, 2016).

Percebe-se, portanto, que, com o fim da Guerra Fria, as relações com Cuba tornaram-se cada vez mais uma questão de política doméstica. Tanto que, em seu segundo mandato, não mais preocupado com a reeleição, Clinton reverteu parte das sanções instituídas pelo ato Helms-Burton (DOMÍNGUEZ, 2012). Desde então, todos os presidentes dos Estados Unidos têm renunciando à implementação da sessão III, que previa o direito de cidadãos e empresas estadunidenses

de processar, nas cortes do país, aqueles que utilizassem propriedades nacionalizadas por Cuba no início da revolução. Também se tem evitado a adoção da sessão IV, que impede a entrada no país de executivos ou acionistas de firmas que mantenham negócios com Cuba (SILVA, 2016).

Ainda na segunda administração Clinton, foram desativadas cerca de 14.000 minas instaladas pelos Estados Unidos ao redor da base de Guantánamo e aliviaram-se as restrições de viagens e de envio de remessas à Cuba. Havana, por sua vez, também adotou uma posição conciliatória e passou a cooperar com Washington em operações de combate ao narcotráfico (DOMÍNGUEZ, 2012). No início dos anos 2000, porém, as relações bilaterais voltaram a se deteriorar no governo de George W. Bush. Frente aos ataques terroristas de setembro de 2001, Cuba respondeu rapidamente, condenando as ações, oferecendo assistência médica e abrindo seu espaço aéreo e aeroportos às aeronaves estadunidenses para manobras e pousos de emergência; além de, nos meses seguintes, ter ratificado todas as convenções antiterrorismo da Organização das Nações Unidas (DOMÍNGUEZ, 2012).

O governo Bush objetou a cooperação cubana e as tensões voltaram a crescer em maio de 2002, quando John Bolton, Subsecretário de Estado para Controle de Armas e Assuntos de Segurança Internacional, acusou Cuba de manter um programa de armas biológicas e enquadrou o país no “eixo do mal”, com base em visitas de Fidel Castro a inimigos estadunidenses – como Líbia, Irã e Síria – no ano anterior (Ibidem, 2012). Ainda em 2002, por ocasião da comemoração do centenário da República cubana, Bush renovou as hostilidades ao governo de Castro, propondo sanções destinadas a fomentar a oposição interna ao mesmo, restringindo as viagens à ilha e expulsando diplomatas cubanos dos Estados Unidos (PÉREZ, 2006).

Quando Raúl Castro assumiu a liderança do regime cubano como presidente interino, em 2006, Havana novamente propôs negociações para melhorar as relações entre os países, ao mesmo tempo em que reafirmou sua resistência contra interferências externas. Contudo, Bush apenas reiterou a expectativa por uma “transição democrática pacífica” na ilha (DOMÍNGUEZ, 2012). Não obstante, em meados dos anos 2000, ficou claro que o esforço para isolar Cuba teve o efeito contrário de isolar os Estados Unidos em relação à América Latina, com a ascensão de líderes de centro-esquerda na região. Esses, não mais alinhados a Washington, passaram a pressionar pelo fim do embargo e pela reintegração de Cuba à comunidade interamericana (LEOGRANDE, 2015).

No início de 2008, Fidel Castro anunciou seu afastamento definitivo da presidência, em razão de problemas de saúde, e Raúl Castro assumiu como presidente efetivo após votação da Assembleia Nacional cubana. Apesar de levantar questionamentos, a transição não alterou as relações com os Estados Unidos, processo que só teve início após a eleição de Barack Obama, no final do mesmo ano (PECEQUILO, FORNER, 2015). Em sua campanha, Obama apontou a necessidade de modificar a política norte-americana em relação à Cuba, já que a adotada até então havia fracassado. Uma vez eleito, Obama eliminou as restrições impostas pelo governo Bush sobre viagens e envio de remessas ao país, a fim de facilitar as relações entre cubanos e cubano-americanos, e abriu a possibilidade de investimentos na ilha (LAMBRECHT, 2015).

Outra pauta importante colocada pela campanha de Obama foi o descongelamento das relações com Cuba. Tal proposta obteve apoio doméstico considerável, mas acabou sendo abandonada durante o seu primeiro mandato devido à forte oposição de grupos de interesse contrários à reconciliação com Havana. Essas e outras pressões internas, referentes à superação da recessão

econômica desencadeada pela crise de 2008 e à retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão e do Iraque, frearam iniciativas mais contundentes (PECEQUILO, FORNER, 2015). Dessa forma, a primeira gestão Obama manteve a transição democrática como condição basilar para negociar com Cuba (DOMÍNGUEZ, 2012; LAMBRECHT, 2015).

Embora uma mudança de regime continuasse sendo um fator não-negociável para Cuba, Raúl Castro se mostrava aberto a negociar outros elementos da relação com os norte-americanos desde que assumira o poder. Em 2011, ele implementou uma ampla reestruturação da economia cubana para gradualmente substituir o modelo de planejamento centralizado no Estado pela forma de socialismo de mercado que vinha tendo sucesso na China e no Vietnã. Com a reeleição de Obama, em 2012, os Estados Unidos também se mostraram mais dispostos a reduzir as hostilidades e a se engajar na coexistência com a ilha (LEOGRANDE, 2015).

A situação começou a se reverter em meados de 2013, quando Havana e Washington iniciaram negociações secretas, sob mediação do governo do Canadá e do Papa Francisco, para acordar a normalização das relações bilaterais. Em dezembro de 2014, Obama e Raúl Castro anunciaram publicamente o descongelamento cubano-americano, que teve como primeiro ato uma operação de troca de prisioneiros entre os países. No ano seguinte, a administração Obama aliviou uma série de restrições sobre transações financeiras, vendas para empresas privadas, remessas e viagens para Cuba, além de ter retirado a ilha da lista de países financiadores do terrorismo do Departamento de Estado Americano. Por fim, ainda em 2015, Cuba e Estados Unidos reestabeleceram relações diplomáticas e reabriram suas embaixadas (Idem, 2015).

Essa transformação na política dos Estados Unidos para Cuba esteve inserida em um “processo mais amplo de ofensivas políticas globais, regionais e internas do governo Obama” (PECEQUILO, FORNER, 2015, p. 31). A política de projeção global de Obama procurou conter o poderio chinês no Pacífico através da assinatura da Parceria Transpacífica (TPP), ao mesmo tempo em que avançava sua posição na Europa através das negociações da Parceria Transatlântica (TTIP) e da expansão da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) até a Ucrânia, nos limites das fronteiras russas. No âmbito regional, Washington voltou a reafirmar sua hegemonia sobre o hemisfério ocidental, celebrando novos acordos de livre-comércio com a América Latina e militarizando o Atlântico Sul (Idem, 2015).

Em março de 2016, Obama se tornou o primeiro presidente estadunidense em exercício a visitar Cuba em 88 anos. Já em outubro do mesmo ano, os Estados Unidos, pela primeira vez em 24 anos, se abstiveram durante a votação de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas contra o embargo comercial à Cuba. Apesar dos avanços históricos, porém, Obama deu início à um processo longo de reaproximação que, para ser efetivado, requeria não apenas decretos do executivo, mas ações que só podem ser levadas a cabo pelo próprio congresso norte-americano – à época e atualmente de maioria republicana –, e com o apoio de outras instituições e grupos de interesse. A impossibilidade de suspender o embargo à Cuba e fechar a base de Guantánamo, essa última também uma promessa de campanha de Obama, evidenciaram tais entraves.

Com a eleição de Donald Trump, no final de 2016, o progresso galgado pela gestão Obama – significativo, porém superficial, até mesmo pelo atrelamento da total normalização das relações com Cuba à outras esferas do governo norte-americano, para além do executivo – foi posto em jogo. Ao longo de sua campanha, se aproximando de grupos cubano-americanos linha-dura, Trump, adotando uma posição anticastrista e reivindicando a abertura política e econômica da

ilha, prometeu reverter todas as medidas praticadas pelo governo Obama. Trump teve, em relação a Cuba, a mesma posição adotada, por exemplo, frente ao Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), à maior participação europeia no financiamento da OTAN, ao Acordo de Paris e ao tratado nuclear com o Irã: abandonar um acordo que, para ele, não beneficiava os Estados Unidos, mas apenas sua contraparte.

Em junho de 2017, Trump anunciou a revisão do acordo com Cuba, afirmando que o embargo contra Havana voltaria a ser reforçado através de novas restrições a viagens à ilha e da proibição às empresas norte-americanas de fazer negócios com o Grupo de Administração Empresarial (GAESA) – um conglomerado empresarial controlado pelas forças armadas e inteligência cubanas, responsável por 60% do comércio da ilha. Por outro lado, Trump não voltou atrás no que diz respeito ao reestabelecimento de relações diplomáticas com Cuba, mantendo a embaixada norte-americana em Havana aberta. Raúl Castro criticou a decisão de Trump e o retorno de Washington à retórica de mudança de regime na ilha, mas ainda se mostrava disposto a negociar com os Estados Unidos.

Em agosto do mesmo ano, relatos de que diplomatas norte-americanos em Havana estavam experimentando doenças misteriosas que resultaram em perdas auditivas e problemas cognitivos, supostamente causadas por uma “arma sônica” utilizada pelo governo cubano, deram à Trump um pretexto a mais para pôr em ação suas promessas de campanha. As medidas de bloqueio ao turismo e investimentos norte-americanos crescentes na ilha entraram em vigor em novembro e a equipe da embaixada americana em Havana foi reduzida em mais da metade, com Trump ordenando um corte equivalente na embaixada cubana em Washington (HUDDLESTON, 2017).

Em abril deste ano, Raúl Castro, que já havia anunciado que deixaria a presidência de Cuba em 2018 – ainda que permaneça como chefe das forças armadas e do partido comunista cubano –, foi substituído por Miguel Díaz-Canel Bermúdez, escolhido a dedo por Castro e eleito pela Assembleia Nacional. Apesar de Díaz-Canel, que já servia ao governo como vice-presidente desde 2013, ser o primeiro presidente do país que não pertence à família Castro e não participou da revolução cubana em sessenta anos, espera-se que o mesmo seja um presidente de continuidade. De fato, o mesmo tem mantido as políticas socioeconômicas adotadas por seu predecessor, que visam o aperfeiçoamento do regime socialista, não sua revogação. A política externa e o bom relacionamento com países não alinhados aos Estados Unidos também não devem sofrer alterações, como demonstrou o apoio de Díaz-Canel à reeleição de Nicolás Maduro na Venezuela (HUSAIN, 2018).

Em suma, a investida de Trump contra a normalização das relações com Havana é somente mais um recuo em um longo histórico de idas e vindas de governos norte-americanos no que se refere à Cuba. A despeito de uma retórica agressiva, que tem como base a parcela mais conservadora da população e do lobby cubano-americano dos Estados Unidos, e que por vezes é comparada ao discurso da Guerra Fria, Trump opera muito mais por uma lógica de revisionismo econômico. Nesse sentido, o presidente voltou a adotar sanções e a acirrar o embargo à ilha para exercer pressão sobre o regime cubano sem, no entanto, reverter por completo a maioria das iniciativas de Obama.

Considerações Finais

A posição geográfica de Cuba confere ao país uma localização estratégica singular, ao mesmo tempo em que a condena às ingerências do gigante imperial do qual a ilha é vizinha. Essa possui um valor tático para os Estados Unidos, potência hegemônica cujo perímetro de segurança abrange todo o hemisfério ocidental, determinante para a consecução da política externa e de segurança norte-americanas. Durante o século XIX, após a consolidação das fronteiras estadunidenses e com o avanço de Washington em direção à América Central e ao Caribe, Cuba serviu, ainda, como base de teste para a diplomacia do dólar e a diplomacia das armas e, desde então, tem sido um termômetro das relações com a América Latina.

Destarte, frente às ingerências dos Estados Unidos na ilha ao longo de mais de meio século, justificadas por razões geopolíticas, geoeconômicas e ideológicas, Cuba iniciou um movimento revolucionário visando a conquista da sua independência. Uma vez vitoriosa, procurou permanecer associada a potências rivais aos Estados Unidos – como foi o caso da URSS, da Venezuela e, mais recentemente, da China e da Rússia – além de, sob os auspícios do bloco comunista, ter fomentado movimentos revolucionários dentro e fora do continente americano. Mesmo após o fim da Guerra Fria e da perda do seu maior patrocinador e parceiro comercial, Cuba, embora tendo realizado uma série de reformas domésticas, manteve uma forte resistência contra as intervenções estadunidenses.

Para Washington, a perda de Cuba como aliado direto e zona de influência norte-americana representou um grande trauma geopolítico. Desde então, o país tem tentado reaver o controle sobre Havana, adotando majoritariamente uma postura ofensiva, de modo a forçar, através de pressões políticas, econômicas e militares, uma mudança de regime na ilha. Porém, em situações muito pontuais e a passos tímidos, os Estados Unidos também buscaram uma reaproximação diplomática com Cuba. O descongelamento cubano-americano só se tornou realidade recentemente, no segundo governo Obama. Apesar de ter sido um evento histórico, mesmo então as negociações ocorreram de forma gradual e ainda tinham muito o que avançar.

Algumas das circunstâncias que possibilitaram o início desse processo de normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba foram: a redução relativa da ameaça posta aos interesses americanos pelo regime cubano, após o fim da Guerra Fria; a queda da influência sobre Washington do lobby cubano-americano – em parte por uma mudança de perfil dessa parcela da população, mas também por uma política de contenção e enfraquecimento de grupos anti-Castro praticada por Obama –; as mudanças realizadas em Cuba, sobretudo com a liderança de Raúl Castro; e a coordenação de toda a América Latina, sob governos de centro-esquerda, em organizações multilaterais e nas relações bilaterais para pressionar Washington a resolver o impasse com Cuba e dar fim ao embargo comercial.

O descongelamento cubano-americano fez parte de uma arremetida global e regional dos Estados Unidos que visava reenquadrar seus inimigos, fortalecendo sua posição nas bordas da Eurásia e reafirmando sua hegemonia não-compartilhada nas Américas. A reaproximação com a ilha seria um processo longo e dependeria de outros atores internos da política norte-americana, mas, com a mudança de governo no começo de 2017 e a volta dos republicanos ao poder, a mesma passou a ser questionada. Mais do que um político conservador e de retórica beligerante, Trump tem operado, em relação à Cuba e a outros temas da política externa norte-americana,

segundo uma racionalidade empresarial e nacionalista que tem sido utilizada para rever acordos feitos pelo país no passado e atualmente entendidos como desfavoráveis.

Embora não tenha revertido totalmente os avanços empreendidos por Obama, com as relações diplomáticas sendo mantidas, Trump tende a obstaculizar a normalização das relações com Havana. Isso pode significar tanto um atraso de alguns anos nesse processo, quanto uma nova incursão ao acirramento do embargo e das pressões sobre a ilha, dependendo do cenário político interno dos Estados Unidos nos próximos anos e da presença de atores externos em Cuba, como a China e a Rússia. Além disso, a questão também será influenciada pelos próprios desdobramentos políticos em Cuba, agora sob a liderança de um novo presidente.

REFERÊNCIAS

- AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BOESNER, Demetrio. *Relaciones Internacionales de America Latina: Breve Historia*. Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 2014.
- DOMÍNGUEZ, Jorge I. Reshaping the Relations Between the United States and Cuba. In DOMÍNGUEZ, Jorge I.; HERNÁNDEZ, Rafael; BARBERIA, Lorena G. (org.). *Debating U.S.-Cuba Relations: Shall We Play Ball?*. Nova Iorque: Taylor & Francis, p. 32-51, 2012.
- FIORI, José Luís. *Cuba e EUA, aproximação improvável*, publicado em *Le Monde Diplomatique*, 2008, Brasil. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/cuba-e-eua-aproximacao-improvavel>>. Acesso em: 27/06/2018.
- _____. *Nicholas Spykman e a América Latina*, publicado em *Carta Maior*, 2007. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Nicholas-Spykman-e-a-America-Latina/20843>>. Acesso em: 27/06/2018.
- FRIEDMAN, George. *The Geopolitics of U.S.-Cuba Relations*, Stratfor, 2014. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/weekly/geopolitics-us-cuba-relations>>. Acesso em: 18/06/2018.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOLMES, Ann-Marie. *The United States and Cuba 1898-1959*. Dissertação de Master of Arts in Diplomacy and Military Studies, apresentada à Hawai'i Pacific University, 2009.
- HUDDLESTON, Vicki. *Trump Is Returning Cuba Policy to the Cold War*, publicado em *The New York Times*. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/11/21/opinion/trump-cuba.html>>. Acesso em: 20/06/2018.
- HUSAIN, Shakir. *Cuba Sticks to Castro's Foreign Policy under New President*. *Dailysabah.com*. Disponível em: <<https://www.dailysabah.com/op-ed/2018/06/08/cuba-sticks-to-castros-foreign-policy-under-new-president>>. Acesso em: 20/06/2018.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Simon and Schuster, 1994.

- LAMBRECHT, Lotte. *The US-Cuban Relationship in the 21st Century: From Foe to Friend?*. Dissertação em Master of Arts in American Studies, apresentada à Universiteit Gent, 2015.
- LEOGRANDE, William M. Normalizing US–Cuba Relations: Escaping the Shackles of the Past. *International Affairs*, 91 (3): p. 473–488, 2015.
- PECEQUILO, Cristina S. *A Política Externa dos Estados Unidos*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2011.
- PECEQUILO, Cristina S.; FORNER, Clarissa N. Os Estados Unidos e Cuba: Uma Agenda Intermestics. *Boletim Meridiano* 47, 16 (147), p. 27-33, 2015.
- PÉREZ, Louis A. *Cuba: Between Reform and Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- SILVA, Marcos Antonio da. A retomada das Relações entre Cuba e EUA: o Fim da Guerra Fria na América Latina? In *XII Encontro Internacional da Associação Nacional de Pesquisadores de História das Américas (ANPHLAC)*, Campo Grande. Anais, 2016.
- SILVA, Marco Antonio da; JOHNSON, Guillermo A., ARCE, Anatólio M. A Revolução Cubana na Encruzilhada: a Crise dos Anos 90 e as Alternativas-Elementos para um Debate Ignorado. *Sociedade e Território*, 24 (2), p. 80- 102, 2012.
- SMITH, Robert Freeman. Os Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, volume IV: de 1870 a 1930*. São Paulo/Brasília: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundação Alexandre de Gusmão, p. 609-650, 2001.
- SPYKMAN, Nicholas J. *America's strategy in world politics: the United States and the balance of power*. Routledge, 2017.
- UTSET, Marial I. Imágenes en Conflicto: Cuba y la Presencia Imperial Norteamericana (1898-1902). In LORINI, Alessandra (org.). *Una Relación Íntima y Controvertida: Estados Unidos y Cuba entre los Siglos XIX y XX*. Firenze: Firenze University Press, 2005.
- ZAKARIA, Fareed. *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*. Princeton: Princeton University Press, 1998.